

caso 12

Como oferecer serviço de qualidade com financiamento alternativo?



o caso do
WiFi Livre SP

**COPI
COLA**

*O que podemos
copiar e colar
deste projeto?*

Realização de:



(011)lab



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
**INOVAÇÃO
E TECNOLOGIA**

Quem fez o WiFi Livre SP

Prefeito da Cidade de São Paulo

Bruno Covas

Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia

Juan Quirós Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia

Daniel Glaessel Ramalho Secretário Adjunto

George Augusto Rodrigues Chefe de Gabinete

Coordenadoria de Convergência Digital

Emerson Mota Santana Coordenador Geral

Equipe

Flávia Rodrigues de Souza Diretora de Conectividade

Paulo Henrique dos Santos Silva Supervisor Técnico II

Gabriel Mazzola de Poli Figueiredo Supervisor Técnico II

Laís Maria Ribeiro Hilario Encarregada de Equipe II

Eduardo Gomes Azoia Neto Estagiário

SMIT Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia

A Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, através do (011).lab, o laboratório de inovação da Prefeitura de São Paulo, desenvolve um conjunto de ações voltadas para a gestão do conhecimento de práticas inovadoras dos mais de 114 mil servidores públicos da Prefeitura de São Paulo. O CopiCola é uma das iniciativas e tem papel fundamental para fomentar a inovação dentro e fora da Prefeitura de São Paulo.

Agradecemos a todos os profissionais envolvidos por compartilhar os aprendizados relacionados a essa boa prática e, sobretudo, por acreditar na importância da gestão do conhecimento e no potencial de replicabilidade que esta prática tem na administração pública.

SECRETÁRIO

Juan Quirós

COORDENADORES DO PROJETO

Felipe Maruyama

Tatiana Perfoli

SECRETÁRIO-ADJUNTO

Daniel Glaessel Ramalho

ASSESSORIA TÉCNICA

Maíra Tatit

COORDENADORES

DO (011).LAB

Felipe Maruyama*

Vitor Fazio

*Responsável pela concepção visual do programa CopiCola

Realização



CEBRAP

centro brasileiro de análise e planejamento

Coordenação: Graziela Luz Castello e Monise F. Picanço

Equipe: Daniela Costanzo, Fabio Keinert, Paula S. Santos, Priscila Faria Vieira, Tomás Cortez Wissenbach

Design gráfico: Eduardo Asta

Ícones: The Noun Project CCBY ©



Essa licença permite distribuição, adaptação e criação a partir deste material, mesmo para fins comerciais, desde que seja atribuído o devido crédito pela criação original.

Abril.2020



**COPI
COLA**

O CopiCola

O CopiCola é uma iniciativa da Secretaria de Inovação e Tecnologia que visa construir capacidades para inovar através da transferência de conhecimento de servidor para servidor da Prefeitura de São Paulo.

Para quem for copiado, é um jeito importante de sistematizar as práticas que muitas vezes estão apenas na cabeça dos próprios servidores. É também um momento para pensar nos erros e nos acertos das políticas.

Para os interessados em “colar”, é uma chance de conhecer boas práticas, se inspirar e conhecer quem já inovou. Assim, o CopiCola proporciona economia de tempo e de recursos, já que erros podem ser evitados e soluções que funcionaram podem ser copiadas, adaptadas a outros contextos e melhoradas.

Todo conteúdo gerado é aberto para copiar, compartilhar e criar a partir dele para qualquer fim, desde que atribuído o crédito apropriado.



Como oferecer serviço de qualidade com financiamento alternativo?

CopiCola
CASO

12

APRESENTAÇÃO	6
1. O que é o WiFi Livre SP?	8
O projeto	8
Como funciona o WiFi Livre SP?	10
Pontos centrais do programa	11
Resultados	12
2. Quais problemas busca resolver?	13
Contexto	13
Problemas	13
Quando fazer	14
3. Por que o credenciamento de empresas do WiFi Livre SP é inovador?	15
4. Como construir um edital de credenciamento inovador?	16
Estudo de viabilidade	17
Construção do Edital	22
Articulação	26
5. Fatores de sucesso, desafios e aprendizados	28
Fatores de sucesso	29
Desafios e riscos	30
6. Como replicar?	30
7. Para mais informações	43
8. Entrevistados	44

Apresentação

O **CopiCola** é um programa da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia da Prefeitura de São Paulo (SMIT) e tem como objetivo identificar, valorizar, sistematizar e registrar projetos inovadores da PMSP para que outros órgãos possam se inspirar e implementar essas práticas. Para tanto, produz materiais sobre os projetos inovadores, apresentando aprendizados e desafios em sua elaboração, implementação e gestão.

Este guia é o décimo segundo da série e conta a expansão inovadora do WiFi Livre SP. O documento contempla seis partes principais para que o leitor possa entender e se inspirar na experiência de expandir um serviço gratuito sem onerar os cofres públicos.



O que é o WiFi Livre SP?

págs. 8 à 12

O WiFi Livre SP é um programa da Prefeitura da Cidade de São Paulo que fornece internet gratuita de qualidade em locais públicos da cidade. A prefeitura expandiu o serviço sem custos para o cidadão usuário de internet e para o setor público.



Quais problemas busca resolver?

págs. 13 à 14

Buscando atender a meta do Programa de Metas 2017-2020 de expandir o WiFi Livre SP, a Prefeitura da Cidade de São Paulo, via Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT), buscou um modelo jurídico que permitisse a oferta de serviço sem onerar os cofres públicos e que garantisse sua qualidade.

**3**

Por que o credenciamento de empresas do WiFi Livre SP é inovador?

pág. 15

O WiFi Livre SP utiliza instrumentos inovadores para construir um edital de credenciamento através da participação pública e transparência.

**4**

Como construir um edital de credenciamento inovador?

págs. 16 à 27

Os pilares para construir um credenciamento inovador são: Estudo de Viabilidade para oferecimento do serviço; Construção do Edital de Credenciamento; e Articulação para garantir o cumprimento das exigências previstas no edital.

**5**

Fatores de sucesso, desafios e aprendizados

págs. 28 à 30

Essencial para o sucesso da expansão do WiFi foi controle pelo mercado, equipe multidisciplinar, articulação interna, proteção de dados, participação, apoio político e transparência.

Os desafios enfrentados foram robustez do instrumento jurídico, a fiscalização e controle das empresas e a viabilidade comercial.

**6**

Como replicar?

págs. 31 à 42

O guia traz um material de apoio para o leitor se inspirar na expansão do WiFi Livre SP, dando ferramentas para a identificação dos processos necessários para pensar modelos jurídicos que permitam oferecer um serviço de qualidade sem onerar os cofres públicos.



1

O que é o WiFi Livre SP?

O projeto

O WiFi Livre SP é um programa da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) que fornece internet gratuita de qualidade em locais públicos da cidade. Inaugurado em 2014, o serviço contava inicialmente com 120 localidades de conexão. Desde 2017, a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) iniciou o estudo de viabilidade para a modernização e expansão do programa de forma não onerosa para a prefeitura através da monetização do serviço com publicidade digital.

O novo modelo de oferta de WiFi permitiu a prestação do serviço por mais de uma empresa em cada localidade, por meio de um Edital de Credenciamento e da adoção de lista única de prestação do serviço de WiFi na cidade. O WiFi Livre SP inovou na escolha desse modelo de contratação e também na metodologia utilizada para definir as localidades obrigatórias, baseada em índices de vulnerabilidade social e na busca pela distribuição equitativa na cidade.

A SMIT conseguiu implementar o novo modelo através do uso de diversos instrumentos de participação da sociedade civil, como consultas públicas e Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse (PPMI). Além disso, fez intensa articulação com os demais órgãos da prefeitura e estabeleceu instrumentos jurídicos, como portarias, decretos e notas técnicas que possibilitaram a prestação dos serviços das empresas credenciadas e a instalação do WiFi em todas as regiões da cidade.



Em um contexto em que a proteção de dados dos usuários de internet é cada vez mais relevante e debatida na sociedade, a expansão do programa WiFi Livre SP se preocupou em garantir a proteção dos usuários. Para tanto, limitou a quantidade de dados exigidos no cadastro de acesso e proibiu o uso, venda ou cessão dos dados pessoais dos cidadãos pelas empresas prestadoras do serviço.

Hoje, existem 291 localidades de conexão distribuídas, com preferência para locais de vulnerabilidade social e equipamentos públicos em todas as subprefeituras. Até o final da expansão, serão 624 localidades. O uso é livre, gratuito e ilimitado para qualquer pessoa que esteja na cidade.

Um problema fundamental hoje é a desigualdade de acesso à internet. Apesar de 80% dos habitantes da região sudeste utilizarem a internet, seu uso e qualidade de acesso são distribuídos de maneira desigual entre as diferentes classes sociais. Na cidade de São Paulo, entre as classes D e E, 85% acessam a internet exclusivamente pelo celular, 29% apenas por Wi-Fi e 14% têm como local de acesso mais frequente a casa de outra pessoa. Na classe A esses números vão para 12%, 9% e 1%, respectivamente¹. Dessa forma, o WiFi Livre SP incide em desigualdades fundamentais e ainda tem como resultado a maior ocupação e circulação de pessoas nos equipamentos e espaços públicos da cidade.

¹ Dados da TIC Domicílios 2018. Disponível em: <https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/>

Como funciona o WiFi Livre SP



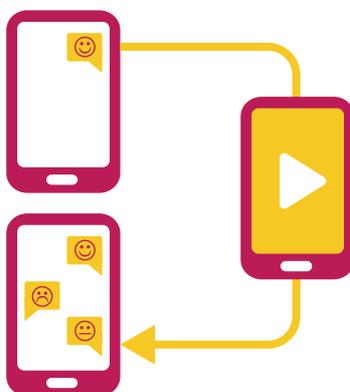
1 Localidades de conexão

O usuário vai até um dos pontos de conexão em praças, parques e equipamentos públicos. Os locais com WiFi Livre SP são identificados com placas e estão disponíveis no site do programa (wifilivre.sp.gov.br)



2 Conexão

O usuário se conecta em uma das redes disponíveis naquela localidade (cada uma pode ter até três empresas prestando o serviço simultaneamente). Para se conectar, o usuário pode precisar inserir seu número de celular, o que liberará sua navegação.



3 Navegação

Após o usuário se conectar, ele assistirá um anúncio que poderá ser pulado após alguns segundos de exibição e poderá navegar por 30 minutos. Ao final do período, ele recomeça o processo.



4 Área de cobertura

O WiFi cobre a maior parte da área útil dos equipamentos em que está presente e permite a navegação de 50 a 400 usuários concomitantes.

Pontos centrais do programa



Inclusão digital

O WiFi permite que todos os cidadãos acessem a internet de forma gratuita. Com a expansão, o WiFi está disponível para quem mais precisa, nos territórios mais vulneráveis da cidade, garantindo conectividade nos equipamentos públicos, como bibliotecas, CEUs, praças e parques.



Ocupação dos espaços públicos

O WiFi colabora com a ativação de espaços públicos da cidade de São Paulo que, sem o estímulo do WiFi, acabavam sendo subutilizadas. O maior uso desses espaços promove não apenas a convivialidade entre os cidadãos, mas também estimula a sua manutenção.



Processo participativo

A escolha do modelo de contratação e as especificações técnicas necessárias para a entrada de uma empresa no edital de credenciamento foram construídas em colaboração com a sociedade, com uso de diferentes modelos de consulta pública.



Articulação interna

Reuniões entre SMIT e demais atores envolvidos no projeto, registradas em instrumentos técnicos e jurídicos, viabilizaram a expansão das localidades de WiFi no município de maneira eficaz.



Proteção de dados

Editais do programa se preocuparam em proteger os dados dos usuários com exigências aderentes ao Marco Civil da Internet e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.



Monitoramento

Uso de software livre para visualização do status das localidades de WiFi e sistemas independentes que permitem checar a qualidade do sinal, como o Simet Box do NIC.br, permitem o monitoramento da qualidade do serviço.



Equipe dedicada

Ter uma equipe multidisciplinar dedicada ao programa é essencial para sua operação, manutenção e monitoramento

Resultados

Democratização do acesso à internet na cidade de São Paulo



Ocupação dos espaços públicos da cidade

- Disponíveis
- Em processo



291
localidades

de WiFi disponíveis na cidade**

120
localidades

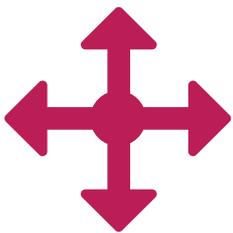
com infraestrutura tecnológica modernizada

5,2
milhões
acessos

entre maio e dezembro de 2019

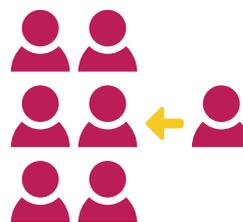
R\$
10
milhões*

economizados por ano com o modelo não oneroso



Expansão da infraestrutura de internet no município

O WiFi acaba induzindo a expansão da rede de internet para regiões que antes não tinham essa infraestrutura



Engajamento da população

Retorno positivo dos cidadãos contribui para motivação da equipe do WiFi e para a preservação dos equipamentos

*Aproximadamente **Dados de março de 2020

2

Quais problemas busca resolver?

Contexto

A demanda de expandir as localidades de WiFi na cidade, parte do Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo (2017-2020), veio junto com a necessidade de reduzir o orçamento gasto com o projeto. Dessa forma, o objetivo da SMIT era duplicar as localidades de WiFi gastando menos do que no modelo anterior. Além disso, o contrato vigente anteriormente - que custava em torno de R\$10 milhões por ano a mais para a prefeitura do que o modelo atual - não poderia mais ser renovado, então era preciso pensar em um novo modelo que pudesse expandir o programa e desonerar os cofres públicos ao mesmo tempo.

A primeira tentativa de expandir o programa foi realizada em 2016, mas o Edital de Chamamento Público lançado naquele momento sofreu críticas e foi impugnado pelos órgãos competentes e por ação de uma empresa. Seus principais problemas eram a valoração da publicidade comercializada e o agrupamento das localidades. Como não era possível fazer o cálculo do valor da publicidade digital para cada localidade de WiFi - pois esse cálculo varia muito e envolve diversos fatores não encontrados no mercado - não era possível avaliar quanto cada localidade renderia de retorno em publicidade digital para as empresas. Esse cálculo era essencial para permitir um agrupamento equitativo, com localidades mais e menos lucrativas em cada grupo, equilibrando-os e garantindo o interesse de empresas em todos eles.

Nesse contexto, a SMIT buscou alternativas de modelo jurídico para promover a expansão do WiFi Livre SP, através de diferentes mecanismos, atentando para dois desafios:

- ▶ como monetizar o serviço para expandi-lo sem usar recursos da prefeitura e, ao mesmo tempo, mantê-lo gratuito para o usuário?
- ▶ como agrupar as localidades garantindo que a cidade toda fosse coberta pelo serviço, sem saber o valor em publicidade digital que cada localidade representava?

Problemas

- ▶ **Concorrência e Visibilidade:** as empresas não tinham suas marcas expostas e prestavam o serviço por lote de localidades em nome da prefeitura. Eles não tinham, assim, nada que atrelasse o serviço à sua marca, não competiam por usuário e nem dependiam da venda de publicidade digital, o que diminuía os incentivos para prestar um bom serviço.
- ▶ **Continuidade do programa:** os gastos com o projeto eram bastante altos em relação ao orçamento da secretaria, não seria possível expandir o programa adotando o mesmo modelo de contratação de prestação de serviços

- ▶ **Proteção dos dados:** era preciso ter um modelo que fosse ao mesmo tempo atrativo para as empresas que venderiam publicidade digital e protegesse os dados dos usuários
- ▶ **Articulação:** a instalação das localidades era dificultada e sofria atrasos constantes, por exigir esforços de várias secretarias e subprefeituras, além de autorizações e ligamento de energia elétrica em locais ainda não energizados
- ▶ **Escolha das localidades:** não se sabia como escolher das localidades de conexão, quais deveriam ser obrigatórios e quais opcionais, e se deveriam dividir os lotes por tipo de equipamento, como lotes para a cultura e lotes referentes a educação, por exemplo.
- ▶ **Monitoramento:** a secretaria tinha dificuldade de monitorar o serviço prestado pelas empresas, tanto porque esse monitoramento dependia da intermediação de outro órgão, quanto porque as empresas resolviam os problemas no tempo limite previsto no edital, sem proatividade.

Quando fazer

-  Há necessidade de economizar recursos
-  O serviço prestado se beneficia da competição e é de interesse da iniciativa privada
-  O pagamento pelo serviço pode ser realizado de maneira indireta. Exemplo: publicidade digital.
-  Há mecanismos de mercado que vão controlar a qualidade do serviço

Quando não fazer

-  O serviço não é lucrativo para a iniciativa privada
-  O serviço não pode ser oferecido por entes privados em concorrência.
-  Não há formas de controle da prestação de serviço via mercado

3

Por que o credenciamento de empresas do WiFi Livre SP é inovador?



Consulta pública

Para construir o edital, o programa contou com vários modelos de consulta à sociedade civil, que propiciaram aprendizados importantes para a sua construção. Além disso, houve busca ativa de atores relevantes na questão da proteção de dados que poderiam ser críticos ao projeto, o que contribuiu para a sua legitimidade.



Modelo jurídico

O Edital de credenciamento formulado permitiu a oferta de um serviço de qualidade para a população prestado por entes privados garantindo a rentabilidade sem onerar a prefeitura.



Escolha do modelo de oferta do serviço

A opção pela lista única permitiu a abertura do credenciamento para a iniciativa privada sem a necessidade de especificar os valores possíveis da monetização para cada localidade.



Política pública baseada em evidência

Priorização de localidades a partir do georreferenciamento de dados empíricos como a distribuição da população e o índice paulista de vulnerabilidade social trouxe embasamento para a forma de prestação do serviço no edital.



Concorrência

A forma em que foi implementado o credenciamento possibilitou concorrência por usuários do serviço nas localidades de WiFi, trazendo assim um incentivo de mercado para a manutenção da qualidade do serviço.



Monitoramento

Através do termo de referência, o credenciamento previu a necessidade das empresas apresentarem ao poder público em tempo real o funcionamento do serviço.

4

Como construir um edital de credenciamento inovador?

Os pilares para construir um edital de credenciamento inovador são:



Estudo de viabilidade: com planejamento da prestação do serviço, dos modelos de viabilidade econômica e do modelo jurídico



Construção do edital: com critérios técnicos bem estabelecidos, consulta pública e modelo de prestação simultânea com concorrência via mercado



Articulação: entre os diversos órgãos da prefeitura necessários para instalação das localidades de Wifi



Estudo de Viabilidade

A expansão das localidades de WiFi era prioritária para o plano de metas atual

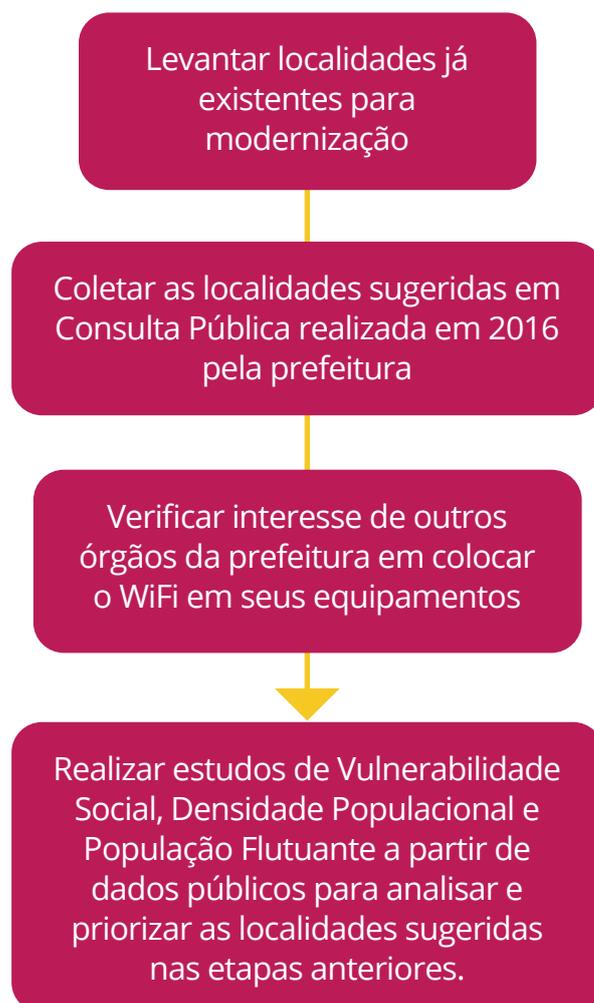
e, desde a gestão anterior, já se avaliava a mudança de modelo de prestação de serviços para um que não onerasse os cofres públicos.

Para viabilizar o novo modelo, a equipe do WiFi Livre SP teve que:

- ▶ Planejar como o serviço seria implantado;
- ▶ Entender se o projeto tinha viabilidade do ponto de vista da iniciativa privada;
- ▶ Verificar qual modelo jurídico se adequava melhor aos desafios do projeto.

Planejamento da prestação do serviço

Entender como o serviço será distribuído na cidade é um desafio para todo programa oferecido para a população. No caso do WiFi, esse desafio estava ligado à escolha das localidades para a expansão da rede de internet gratuita disponível para a população. O mapeamento das localidades para essa expansão do projeto seguiu os seguintes passos:



Viabilidade do projeto para a iniciativa privada

- ▶ Para chegar no modelo mais adequado de prestação de um serviço público pela iniciativa privada, é necessário avaliar quais instrumentos jurídicos são mais adequados para o caso e se e como é possível dividir as localidades entre prestadores do serviço. No caso do WiFi Livre SP, havia ainda uma proposta de não onerar os cofres públicos com a oferta desse serviço, fazendo uso da monetização através de publicidade digital.
- ▶ Para saber se esse era um modelo viável, o primeiro movimento foi de escuta. Para isso, foi aberto o Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse (PPMI), consulta pública que tem como objetivo apresentar as primeiras ideias sobre um projeto, entender demandas e receber sugestões do setor privado em fases preliminares do projeto como subsídios para elaboração da concessão.

O WiFi Livre SP foi o primeiro projeto a utilizar o PPMI como instrumento de consulta pública na prefeitura. Para a construção do texto do PPMI, a equipe utilizou a proposta e os problemas enfrentados pelo edital de 2016 como base para a escuta.

- ▶ A equipe incluiu no PPMI as dúvidas e entraves encontrados até então para tirar o projeto do papel. Elas eram referentes a tecnologia, localidades, remuneração, custos, formato da participação, armazenamento e uso de dados e formato de lance do edital.



Conhecer o histórico de um projeto e entender as ações realizadas anteriormente pode trazer subsídios para novas ações e evitar retrabalho na concepção.

O PPMI recebeu subsídios de 12 empresas, mas teve a participação de aproximadamente 70 pessoas de 50 organizações diferentes no evento de esclarecimentos.

- ▶ Prefeitura também organizou Reuniões Técnicas com os atores privados que deram sugestões no PPMI para uma discussão mais qualificada. Todas as etapas de participação da iniciativa privada no PPMI foram documentadas e estão disponíveis de dados públicos, o que traz mais transparência para o projeto.



Realizar eventos e utilizar outras formas de divulgação aumenta a participação e os subsídios recebidos no PPMI. Isso garante a qualidade no produto final.

O PPMI deixou claro para a equipe do WiFi que havia interesse dos entes privados em oferecer o serviço, mas não solucionou um dos principais desafios: entender a viabilidade financeira do projeto. Mantinha-se a dificuldade de avaliar a monetização do serviço com publicidade digital, sem exposição dos usuários dos dados, diretriz importante para o programa desde o seu início.

A solução encontrada foi contratar uma **modelagem econômico-financeira** que analisasse esse modelo de negócio como um todo e verificasse se ele tinha viabilidade econômica. A SMIT contratou por dispensa de licitação a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para a realização do estudo que trouxesse instrumentos para pensar o modelo de prestação de serviço do WiFi.

- ▶ O estudo da Fipe identificou como diferentes cidades do mundo trabalhavam com oferta de internet gratuita através de publicidade. Adotando como premissa uma empresa a ser constituída para esse serviço - procedimento padrão neste tipo de estudo -, o modelo concluiu que não haveria viabilidade para as empresas.
- ▶ Mesmo assim, a SMIT continuava recebendo manifestação de empresas interessadas em oferecer internet com monetização através de publicidade.
- ▶ Diante da manifestação real das empresas, a SMIT decidiu continuar com o processo e pensar seu modelo jurídico.

O estudo de modelagem continha

- ▶ Experiência internacional de prestação do serviço de WiFi
- ▶ Panorama da qualidade e da infraestrutura do serviço de telefonia móvel em São Paulo
- ▶ Aspectos Institucionais do serviço de WiFi na cidade de São Paulo
- ▶ Estrutura de custos para uma empresa fornecer e monetizar o serviço
- ▶ Potencial de retorno com exploração publicitária para a cidade de São Paulo

Seleção do modelo jurídico

Os principais desafios para pensar um modelo jurídico que permitisse a expansão e modernização do serviço sem ônus para a Prefeitura e para o usuário eram garantir:

- ▶ O engajamento do ente que ficará responsável pelo serviço em manter sua qualidade
- ▶ A monetização indireta apropriada ao serviço prestado
- ▶ A cessão da prestação do serviço de forma justa entre diferentes empresas

Para definir o modelo jurídico, foi central:

- ▶ **Equipe multidisciplinar de diferentes áreas da Secretaria:** ter uma equipe interdisciplinar possibilitou a constituição de um grupo de trabalho capaz de chegar em um modelo que atendesse todas as demandas do projeto. No caso do WiFi, foi crucial contar com uma pessoa que atravessou gestões, uma pessoa com conhecimento em política pública, trazer alguém da área de inovação pública e, especialmente, contar com a assessoria jurídica da SMIT.
 - Essa equipe se reunia semanalmente, inclusive com o Gabinete, para pensar os modelos possíveis e os desafios de cada um deles. Isso permitiu a discussão dos modelos jurídicos disponíveis e do desenho de outras experiências.



Constituir uma equipe interdisciplinar com atores de áreas pertinentes para o serviço prestado e uma agenda de encontros regulares para a identificação do melhor modelo jurídico para a contratação é chave para garantir um serviço de qualidade e uma boa redação do edital.

- ▶ **Mapeamento de experiências:** identificar como outras localidades ou secretarias enfrentaram o desafio de prestação de um serviço semelhante, bem como compreender diferentes modelos jurídicos e de negócio utilizados em outros projetos traz embasamento para a escolha do modelo jurídico.
 - No caso do WiFi Livre SP, um instrumento importante foi o levantamento de outras experiências realizado pela Fipe, que permitiu conhecer os formatos do serviço praticados no mundo.
 - A troca de experiências e aprendizados com os funcionários que implementaram o WiFi livre em Nova York também foi importante para ganhar repertório e conhecer os desafios de quem já tinha feito algo parecido.
 - Além disso, a equipe tinha contato com o modelo da Zona Azul Digital, registrado pelo CopiCola, e da Secretaria Municipal de Saúde em São Paulo.

- ▶ **Comparação entre alternativas jurídicas:** parte importante da escolha do modelo jurídico do WiFi Livre SP que pode ser replicada em outras iniciativas foi, através do mapeamento dos modelos existentes, realizar uma sistematização dos modelos jurídicos em uma matriz, identificando quais eram suas vantagens e, pensando no programa, se eles poderiam trazer riscos para o projeto e em que medida se adequavam às características de contratação imaginadas para o programa. Foram considerados como modelos: pregão eletrônico, concessão, permissão, credenciamento e doação.

Modelo	Riscos	Prazo	Não prevê exclusividade
1			
2			
3			

3 — modelo escolhido

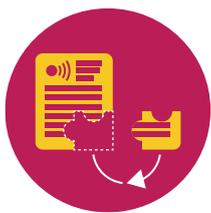
- ▶ No caso do WiFi Livre SP, a comparação de modelos era feita pensando nos seguintes condicionantes:
 - Como a intenção era fornecer o serviço de forma gratuita, não era possível um modelo de prestação que cobrasse tarifa dos usuários.
 - Um dos objetivos era pensar um modelo que não onerasse os cofres públicos para expansão, o que inviabilizava um modelo de prestação com contraprestação da prefeitura
 - Havia dificuldade em estabelecer equilíbrio entre o que era oferecido às empresas e o que era demandado em retorno. Isso porque não é possível determinar, de forma lógica, a rentabilidade do espaço publicitário para usuários nas localidades de internet.

- Dada a impossibilidade de precificação nas localidades, não era possível constituir lotes e estabelecer competição por cada lote entre interessados.
- ▶ Esses condicionantes e a comparação entre modelos jurídicos permitiram identificar que não era necessário realizar uma licitação. Isso porque a Lei de Licitações (Nº 8666) prevê que, em condições de inviabilidade de competição para a contratação de um objeto, não é necessário realizar a licitação.
 - Esses casos normalmente são aqueles em que existe um fornecedor único e, por isso mesmo, não é possível realizar a competição entre diversos fornecedores pelo objeto da licitação.
 - A situação inversa e que gera inviabilidade da competição é justamente contratar todos os fornecedores habilitados. Para isso existe o **credenciamento**.



A inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição é diferente da dispensa da licitação. A dispensa, regulamentada no artigo 24 da Lei 8666, é realizada em casos específicos como baixo valor do objeto, casos de guerra ou grave perturbação da ordem, casos de calamidade pública, etc.

O modelo escolhido foi, portanto, o Edital de Credenciamento com lista única, modelo inspirado nas iniciativas mapeadas na prefeitura.



Construção do edital

O WiFi Livre SP inovou sobretudo na forma em que constituiu seu edital de credenciamento. Para que se possa compreender tais inovações e os passos necessários para implementá-las na prática, apresentamos nessa seção os seguintes passos:

- ▶ Apresentação do que é o edital de credenciamento
- ▶ Identificação de suas inovações
- ▶ Mapeamento dos parâmetros necessários para a implementação de tais inovações no seu processo de construção.

O que é o Edital de Credenciamento

- ▶ Forma da administração pública convocar, através de chamamento público, todos os interessados em prestar determinado serviço para se credenciarem e executá-lo quando solicitados.
 - Desde que atendam os pré-requisitos estabelecidos no edital, quaisquer empresas podem se credenciar, sem limite de número e sem um vencedor único.
- ▶ O credenciamento está dentro da Lei Federal N° 8666 que estabelece as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos na administração pública em todas as esferas de governo e da decisão N° 104/1995 do Tribunal de Contas da União, que constatou que o credenciamento assegura tratamento isonômico aos interessados na prestação dos serviços e pode oferecer uma melhor qualidade dos serviços, além do menor preço.

- ▶ Quanto mais empresas habilitadas para prestar o serviço, maior a chance de atender o interesse público, de forma que o credenciamento dos interessados melhora a prestação do serviço.
- ▶ O credenciamento permite a celebração de um contrato administrativo entre as partes, o que traz segurança tanto para o prestador privado quanto para a Administração Pública em relação à continuidade da prestação do serviço pelo prazo de vigência do contrato.

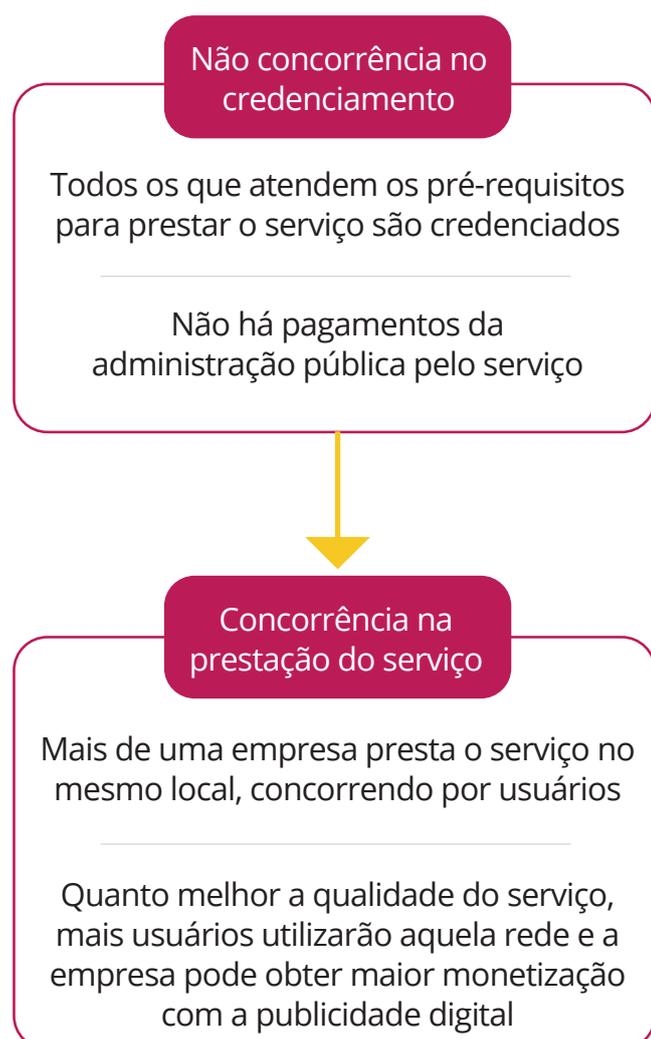
Inovações

O modo como a equipe do WiFi Livre SP construiu seu edital de credenciamento é, em si, inovador, pelos seguintes motivos:

- ▶ **Convocação/Concorrência pelo mercado:** em outros editais desse tipo, o credenciado é convocado por sorteio ou por ordem de cadastro. No caso do WiFi, todos os credenciados podem prestar o serviço na mesma localidade ao mesmo tempo, de forma que eles concorrem entre si pelo usuário.
- ▶ **Pagamento do serviço:** em outros credenciamentos, os valores do serviço a serem pagos pela gestão pública já estão estabelecidos no edital, de forma que o credenciado recebe do Estado um valor fixo pelo serviço que presta. No caso do WiFi, o credenciado deve buscar no mercado a monetização do serviço que presta gratuitamente ao usuário.
 - Isso desonera os cofres públicos e resolve o problema da precificação do serviço, inviabilizado pela lógica da publicidade digital.

- ▶ **Incentivo à qualidade:** nos demais credenciamentos, o valor do serviço prestado é fixo, de forma que não há incentivos financeiros para o credenciado oferecer um serviço melhor e as multas ou glosas dependem da fiscalização do poder público, o que se torna mais difícil quanto mais credenciados houver. No caso do WiFi, subverte-se essa lógica por não possuir um valor fixo para o serviço, e sim uma remuneração de acordo com o uso. Assim, se o serviço for melhor prestado, ele é mais utilizado e a monetização via publicidade digital pode ser maior.

Dessa forma, o WiFi conseguiu transformar a não concorrência no momento do credenciamento em concorrência na prestação do serviço e utilizou o credenciamento de empresas para a oferta de um serviço sem exclusividade.



Procedimentos e Características do Edital

Para construir um edital de credenciamento inovador, são importantes os seguintes parâmetros:

- ▶ **Oferta do serviço:** uma das inovações do Wi-Fi é não ter o preço de prestação do serviço fixado em seu edital, exatamente porque o financiamento do serviço é realizado através da publicidade digital.
 - Isso é, por um lado, uma inovação que desonerou os cofres públicos, mas, de outro, impossibilitou a precificação do valor de cada localidade de oferta do serviço.
 - Para solucionar esse problema, o edital previu o modelo de lista única, obrigatório, para prestação do serviço pelas empresas que se credenciassem. Isso tornou novamente a oferta igualitária, na medida em que, à princípio, as mesmas possibilidades de rendimentos seriam garantidas a todos os credenciados.
 - Para escolher quais seriam as localidades, a equipe utilizou a análise das localidades realizada nos estudos de viabilidade para escolher as localidades que constariam no edital e priorizou-os em duas listas: localidades obrigatórias (consideradas prioritárias pela prefeitura, onde a empresa inscrita no chamamento público seria obrigada a fornecer o serviço) e opcionais (locais onde a empresa poderia optar por prestar o serviço ou não). O edital também permitiu que as empresas indicassem locais que não estivessem na lista.

A escolha das localidades obrigatórias seguiu os seguintes critérios:

- **Localidades não monetizáveis:** Não é permitido o uso de publicidade digital em Centros Educacionais Unificados (CEU's).

Essas localidades, portanto, não seriam de interesse para a empresa, pois não seriam monetizados por publicidade. Para garantir a internet nessas localidades, elas se tornaram obrigatórias

- **Localidades já existentes:** as 120 localidades de WiFi já distribuídas pela cidade tinham que ser mantidas e modernizadas, sendo, portanto, prioritárias
- **Bibliotecas:** parte das bibliotecas contava com o WiFi livre, além de seu próprio serviço de internet. Com a expansão do WiFi Livre, identificou-se a possibilidade de unificar o serviço. Para garantir que todas as bibliotecas municipais recebessem o serviço, de forma igualitária, elas se tornaram prioritárias.
- **Parques:** seguindo o espírito do programa de ocupação dos espaços públicos, alguns parques foram identificados como prioritários.
- **Centros culturais e Subprefeituras:** distribuídos pela cidade e com grande circulação de pessoas, foram considerados prioritários.
- **Critério regional:** identificação de equipamentos públicos importantes distribuídos em todas as regiões e subprefeituras de São Paulo.



Dica!

Entender como o serviço contratado por edital de credenciamento pode desonerar os cofres públicos e quais medidas garantem a oferta dos serviços igualitária entre os credenciados importa para determinar como e onde será realizada a oferta dos serviços por cada credenciado. Além disso, ter critérios precisos para determinar a oferta é igualmente importante para dar o melhor acesso possível ao serviço para a população.

▶ **Critérios técnicos:** estabelecer parâmetros precisos para oferta do serviço no Termo de Referência (TR) do Edital de Credenciamento é chave para garantir a qualidade. Como todos que se credenciam poderão prestar o serviço, inclusive simultaneamente, é fundamental que os critérios sejam rígidos e bastante especificados no edital, evitando que empresas que não tenham condições de oferecer o serviço de qualidade se cadastrem.

- Para isso, no caso do WiFi foi fundamental contar com as expertises da equipe multidisciplinar e com a experiência em campo da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo (PRODAM). Além disso, as sugestões recebidas na primeira consulta pública, realizada quando estavam entendendo a viabilidade do projeto, colaboraram para a elaboração do TR.

O Termo de referência do WiFi contém:

- ▶ Qualidade do sinal
- ▶ Privacidade do usuário
- ▶ Abrangência do sinal
- ▶ Quantidade de usuários conectados ao mesmo tempo
- ▶ Dados a serem disponibilizados para a prefeitura
- ▶ Dados permitidos de serem coletados
- ▶ Usos possíveis dos dados pessoais
- ▶ Modelos de placas de identificação do programa
- ▶ Tipos de publicidades permitidas
- ▶ Infraestrutura exigida
- ▶ Cronograma de instalação das localidades
- ▶ Monitoramento remoto
- ▶ Atualização tecnológica
- ▶ Manutenção
- ▶ Penalidades



Importante

A construção de editais e termos de referência precisam identificar os cenários possíveis de operação e, no caso de contratações tecnológicas, garantir critérios de qualidade exigentes, para que não fiquem defasados até o final da contratação. No caso do WiFi Livre SP, a secretaria detalhou no TR até mesmo processos de implementação para mais de uma interessada de acordo com a especificidade de cada localidade obrigatória na cidade.

- ▶ **Condições de habilitação:** da mesma forma que os critérios técnicos devem ser bem estabelecidos, as condições de habilitação da empresa para se cadastrar têm que estar bem especificadas no edital, trazendo mais segurança de que a empresa conseguirá prestar o serviço.
- ▶ **Monitoramento:** a supervisão do funcionamento do serviço dos credenciados e a possibilidade de atuação sobre eventuais problemas precisam ser garantidos desde o edital. No caso do Wi-Fi, isso foi feito através de:
 - **Monitoramento independente:** foi requerido no credenciamento que as empresas instalassem nas localidades de prestação do serviço o Simet Box, um aparelho de monitoramento independente que fornece diversos dados de qualidade da internet.
 - **Tecnologia aberta:** a previsão da disponibilização dos dados dos sistemas de monitoramento das empresas em protocolo aberto diminuiu os custos da fiscalização do poder público e permite que a prefeitura reúna os dados de cada uma das empresas em um mesmo sistema de supervisão das localidades de todas as empresas ao mesmo tempo.



Importante

O monitoramento é chave para poder acompanhar o serviço, e sua forma dependerá da natureza do serviço a ser contratado. No caso do Wi-Fi, foram soluções tecnológicas que viabilizaram o monitoramento, mas outros modos de acompanhamento podem ser pensados desde o edital.

- ▶ **Consulta pública:** Fazer consulta pública com a sociedade civil traz maior segurança sobre o instrumento de contratação escolhido e seu termo de referência e permite testar o edital perante especialistas, trazer maior transparência para o projeto e dar maior robustez para o edital com a incorporação de sugestões.
 - No caso do WiFi Livre SP, a SMIT promoveu uma divulgação direcionada da consulta pública para especialistas em segurança de dados. Isso permitiu que atores importantes, como escritórios de advocacia, órgãos de defesa do consumidor e ativistas no tema participassem contribuindo para aprimorar essa questão no edital e garantir a segurança do usuário.



Dica!

É importante identificar quem são os atores que podem trazer contribuições para a melhor elaboração de itens críticos do edital.

- ▶ **Dar ampla publicidade ao edital:** para garantir que todas as interessadas se credenciem e, com isso, o serviço tenha maior chance de ser melhor oferecido ao usuário, é fundamental dar ampla publicidade ao edital.
- ▶ **Prazo do credenciamento:** o edital pode ficar aberto por tempo indeterminado, mas a equipe do WiFi decidiu fechá-lo depois de 6 meses caso fosse necessário aperfeiçoar o instrumento de chamamento público, já que era um modelo novo.



Articulação

Para garantir que as especificações do edital de credenciamento sejam cumpridas pelas empresas credenciadas e que, assim, seja possível implementar o serviço, é chave criar estratégias de articulação entre os atores envolvidos dos diferentes órgãos da prefeitura.

Por isso, enquanto o edital de credenciamento estava em moção, a SMIT buscou construir a articulação interna à prefeitura entre os atores essenciais para a implementação do WiFi. Foram importantes as seguintes ações:

- ▶ **Primeiro**, tentava-se uma **articulação horizontal** entre os técnicos do WiFi e das demais secretarias, baseada principalmente nos relacionamentos prévios dos técnicos com os membros das demais secretarias envolvidas na implementação do projeto.
- ▶ Caso não fosse possível, promovia-se a **Articulação vertical** mediada pelo gabinete da SMIT e com apoio do gabinete do prefeito. Esse processo foi fundamental para trazer respaldo ao programa e facilitar os contatos.
- ▶ **Reuniões:** realizadas com cada secretaria e subprefeitura para apresentar o projeto, mostrar suas vantagens e suas necessidades de implementação.
- ▶ **Instrumentos jurídicos e administrativos:** registrar o resultado da articulação entre os órgãos foi importante para conseguir as liberações de acesso necessárias ao programa antes mesmo de todas as empresas estarem credenciadas e para garantir a continuidade do acordo, mesmo que mudem os atores responsáveis. A SMIT utilizou os seguintes registros para isso:

Instrumento	Órgão parceiro	Objeto
Portaria N° 001/SIURB G/2019	CONVIAS (infraestrutura urbana)	Obras relativas à implantação de redes subterrâneas de energia e telecom para alimentação das antenas de WiFi
Decreto N° 58.661, DE 13 DE MARÇO DE 2019	Gabinete do Prefeito	Estabelece normas e procedimentos voltados à implantação e funcionamento do Programa WiFi Livre SP para os demais órgãos da prefeitura
Plano e cronograma de instalação	Empresas credenciadas	Cronograma e detalhes técnicos do local e da forma de instalação do WiFi em cada local
Nota Técnica ILU-MC-NT-002	ILUME (iluminação pública)	Parâmetros técnicos e regras construtivas na utilização da infraestrutura do sistema de Iluminação Pública do Município de São Paulo para instalação do WiFi
Wifácil	Empresas credenciadas	Manual elaborado pela SMIT com as normas e procedimentos relacionados à instalação de equipamentos de internet via WiFi para uso dos credenciados



Importante

Conversar com os atores envolvidos e buscar antecipar problemas de implementação com instrumentos que definem responsabilidades e caminhos para a instalação do serviço esclareceu para as partes envolvidas os processos necessários, diminuiu as chances de conflito e trouxe maior agilidade para a implantação.



Dica!

Ter uma equipe multidisciplinar para operação, implementação e manutenção do programa é chave para seu sucesso.

5

Fatores de sucesso, desafios e aprendizados

Fatores de sucesso

- ▶ **Controle pelo mercado:** o mercado e a concorrência ajudam a controlar a qualidade do serviço, pois os anunciantes vão exigir que o serviço seja utilizado. Além disso, a possibilidade do usuário escolher se conectar em mais de uma empresa na mesma localidade também é um incentivo para as empresas manterem a qualidade do serviço.
- ▶ **Equipe multidisciplinar:** contar com uma equipe com especialidades em tecnologia, gestão pública e direito possibilitou a escolha pelo edital de credenciamento e a construção de seus critérios de maneira robusta e criativa.
- ▶ **Proteção de dados:** edital se preocupou em proteger os dados dos usuários, com exigências aderentes à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP) mesmo antes de sua aprovação.
- ▶ **Participação:** o programa contou com diferentes etapas e modelos de consulta à sociedade civil, que propiciaram aprendizados importantes para a construção do edital. Além disso, houve busca ativa de atores relevantes na questão da proteção de dados que poderiam ser críticos ao edital, o que contribuiu para a sua legitimidade.
- ▶ **Articulação interna:** reuniões entre SMIT e demais atores envolvidos no projeto firmaram acordos sobre a implementação do programa que, registradas também em instrumentos técnicos e jurídicos, foram essenciais para antecipar problemas e viabilizar a instalação das localidades de WiFi no município de maneira eficaz.
- ▶ **Monitoramento:** exigência, no edital de credenciamento, de protocolos abertos para visualização do status das localidades de WiFi e de sistemas como o Simet box permitem o monitoramento da qualidade do serviço.
- ▶ **Apoio político:** o projeto tinha apoio do gabinete do prefeito e do secretário e está no plano de metas da gestão atual, o que foi fundamental para fazer articulação com demais secretarias.
- ▶ **Transparência:** publicização das informações de prestação do serviço favorece a fiscalização por parte da população

Desafios e Riscos

▶ **Fiscalização e Controle das empresas:**

- Como o Edital de Credenciamento não envolve o pagamento pela prestação do serviço por parte do ente público, o controle das empresas é dificultado, já que não são previstas multas contratuais. Para mitigar esse problema, a equipe do WiFi criou um sistema de pontuações que podem gerar advertências, suspensão temporária de participação da empresa e, em últimos casos aplicação de declaração de inidoneidade
- O Edital de credenciamento não limita a quantidade de empresas que podem se cadastrar, o que torna a implementação e o trabalho de monitoramento dos diferentes serviços mais complexos.

▶ **Instrumento jurídico:** como o Edital de Credenciamento ainda é pouco usado pela administração pública, o rigor sobre o uso do instrumento é maior. Para lidar com isso, a equipe do WiFi buscou identificar fragilidades jurídicas e responder todos os questionamentos de órgãos de controle.

▶ **Viabilidade comercial:** o edital de credenciamento com prestação simultânea poderia não atrair o interesse das empresas privadas pela dificuldade de viabilizar comercialmente o projeto.

▶ **Proteção de dados:** a proteção de dados é um desafio inerente a qualquer WiFi público, dada as possibilidades de cruzamento entre os dados disponibilizados pelos cidadãos com outras bases de dados, o que vai de encontro à privacidade dos cidadãos.

- No caso do WiFi Livre SP, o edital explicita a política de proteção de dados e limita o acesso a dados pessoais dos usuários. Além disso, precisou-se garantir que não só as empresas credenciadas, como também suas parceiras, não fariam uso dos dados coletados no acesso às redes.

▶ **Tecnologia se tornar obsoleta:** como o credenciamento tem longa duração, existe o risco do WiFi se tornar obsoleto, pela tecnologia de oferta desse tipo de rede ter avançado muito nesse tempo ou pela chegada de outras tecnologias de acesso à rede mundial de computadores. Além de exigir parâmetros tecnológicos atualizáveis no edital, o modelo de negócio do WiFi possibilita que a tecnologia usada seja compatível com a demanda dos usuários, pois caso contrário a empresa perderá usuários e, com isso, receita.

6

Como replicar?

Implementando um edital de credenciamento inovador

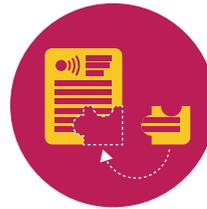
O **edital de credenciamento** do WiFi Livre SP tem elementos que podem inspirar outros servidores a financiar indiretamente serviços públicos garantindo sua qualidade. Para replicar esses aprendizados para outras iniciativas, são necessários os seguintes passos:



Levantamento de serviços



Estudo de viabilidade



Construção do edital



Articulação

Alguns desses serviços podem ser monetizados de forma indireta? Indique abaixo os serviços e formas possíveis de financiamento indireto.

Serviço	Formas de monetização
	Exemplo: publicidade digital, naming rights, pagamento do usuário, divisão de pagamento entre secretarias, etc...

Entre os serviços elencados acima, qual é o mais custoso para os cofres públicos? **Será sobre ele que trabalharemos daqui em diante.**

Quais riscos para o usuário esse modelo envolve?

Exemplo: privacidade dos dados dos usuários, dificuldade no reconhecimento do serviço público, etc...

Para diminuir ou eliminar os riscos ao usuário, é importante levantar legislações no tema.
Legislação que aborda o tema passível de risco ao usuário:

Legislação federal	Legislação estadual	Legislação municipal



A consulta a especialistas e ativistas envolvidos com o tema pode ajudar a tomar as precauções necessárias antes de monetizar o serviço

Agora, você precisa priorizar os demais locais onde implementará o serviço. No caso do WiFi Livre SP, eles utilizaram pesquisas sobre a vulnerabilidade social das localidades para essa priorização. Para o seu caso, que tipo de informação sobre a cidade importa para a decisão? Quais pesquisas podem ser utilizadas para acessá-la?

Localidade/ Estabelecimento	Informação necessária	Fonte para identificação



Técnicos de outras secretarias podem colaborar no levantamento e manipulação de dados importantes para o serviço se seu interesse

Modelo de negócio

A prefeitura precisa entender se o modelo de prestação do serviço com monetização indireta é viável financeiramente para fazer o edital com segurança. A equipe do WiFi Livre SP contratou um estudo para isso.

Existem institutos independentes que poderiam realizar um modelo de negócio para o serviço em questão?

.....

.....

.....

.....

.....

Caso seja possível, contrate o serviço de modelagem econômica.

Se não for possível realizar esse estudo, ainda assim é viável utilizar a consulta a empresas para saber se ele é de seu interesse.



Dica!

Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse (PPMI) é utilizado quando o administrador público ainda precisa de subsídios preliminares antes de ter um modelo de concessão, permissão, parceria ou arrendamento de serviços públicos.

Modelo jurídico

Com o modelo de negócio ou o interesse da iniciativa privada em mãos, é preciso elaborar o modelo jurídico para ceder o serviço.

No caso do WiFi Livre SP, foi chave ter uma equipe multidisciplinar para a constituição do modelo jurídico. Por isso, identifique:

Conhecimentos necessários para analisar diferentes modelos jurídicos

.....

.....

.....

.....

Conhecimentos necessários para especificar a prestação de serviços requerida

.....

.....

.....

.....

Você possui pessoas com esses conhecimentos na sua equipe? Elenque-as abaixo.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Caso não possua, quais atores de outras equipes você pode consultar para colaborar nesse estudo?

.....

.....

.....

.....

.....

Esses perfis são importantes para pensar o edital. Convide-os para formar um grupo de trabalho para pensar nos modelos jurídicos existentes e em qual seria mais adequado para o caso em questão.

Além de possuir uma equipe multidisciplinar, é importante entender outras iniciativas de prestação de serviços semelhante. Por isso, mapeie e responda: quais outras cidades prestam esse serviço?

Iniciativas nacionais:

.....

Iniciativas internacionais:

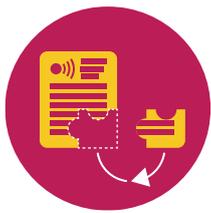
.....

Se possível, busque contato com os gestores públicos dessas cidades para ampliar seu repertório e entender os modelos possíveis para esse serviço.

Com as opções em mão, construa uma matriz de modelos com os requisitos necessários para o seu caso:

Modelo	Exigência 1 Exemplo: duração do contrato deve ser de até x meses	Exigência 2 Exemplo: riscos	Exigência 3 Exemplo: não prevê exclusividade na prestação do serviço
1	Atende?	Oferece?	Atende?
2	Atende?	Oferece?	Atende?
3	Atende?	Oferece?	Atende?

Assim fica mais fácil para a equipe chegar no modelo jurídico mais adequado para o caso.



Passo 3

Construção do edital

É hora de colocar os passos anteriores no papel. Reúna os locais onde será prestado o serviço, suas formas de monetização, o modelo de negócio, o modelo contratual e a legislação relativa aos riscos presentes no caso.

Vamos trabalhar na criação de um edital de credenciamento como o do Wifi Livre SP. Ainda não tem certeza se é a melhor opção para você? Considere os seguintes fatores:

() Existe a possibilidade de oferecimento do serviço no mesmo local por mais de uma empresa?

() O serviço tem apelo para o setor privado, de modo a estimular concorrência entre as empresas?

() A monetização pode ser feita de forma indireta?

() Há a possibilidade das empresas disputarem os usuários, gerando incentivo à boa qualidade?

Se seu serviço atende essas exigências, podemos seguir os passos para a construção do edital.

Em primeiro lugar, com a forma de monetização pensada nos itens anteriores, levante os parâmetros necessários para regular seu funcionamento:

Coloque esses parâmetros no edital.

Forma de Monetização	Parâmetros
Exemplo: publicidade digital	Exemplo: no máximo 30 segundos, com a opção "pular" nos 10 segundos

Em seguida, pense se é possível que mais de uma empresa preste o serviço no mesmo local. WiFi Livre SP inovou no uso do Edital de Credenciamento ao prever essa prestação de serviço concomitante e, com isso, conseguiu garantir a qualidade do serviço via concorrência entre as empresas por usuários e por oferecedores de publicidade digital.

Se o seu serviço permite a oferta de mais de uma empresa em cada local, pense em como garantir que todas tenham as mesmas condições para prestar esse serviço. Liste os parâmetros necessários para oferecer essa igualdade de condições:

Requisitos necessários para igual condição na oferta do serviço	Solução
Exemplo: todas as empresas precisam de um poste de energia	Exemplo: a SMIT vai oferecer o poste a todas as empresas

Essas condições e soluções devem estar bem especificadas no edital para evitar que um empresa tenha vantagem sobre outra na oferta do serviço.

Agora, a equipe técnica deve levantar todos os requisitos técnicos importantes para incluir no Termo de Referência do edital.

Requisito Técnico	Valor mínimo a ser entregue pela iniciativa privada
Exemplo: velocidade da internet	Exemplo: no mínimo 512 kbps

Com isso em mãos, realize uma Consulta Pública para garantir que nada escapou à sua equipe.

Liste atores relevantes no tema que possam trazer contribuições decisivas ainda na fase de construção do edital e convide-os para a consulta:

Especialistas no tema	Instituições que trabalham com o tema	Escritórios de advocacia especializados

Incorpore as sugestões que fizerem sentido para o serviço.

Levante as condições de habilitação necessárias para a empresa poder oferecer o serviço.

Exemplo: Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial

Abra o edital e lembre de dar ampla publicidade a ele. Publicite também, posteriormente, a celebração das contratações.

Ações para dar publicidade ao edital



Dica!

Lembre de incluir no edital exigências que podem facilitar o monitoramento do serviço. No caso do WiFi foi solicitado o uso de protocolos abertos que permitem monitorar várias empresas ao mesmo tempo.



Importante

Considere o tempo de abertura do edital. No caso do WiFi, como era um modelo novo, a equipe preferiu fechar o edital depois de 6 meses.



Passo 4 Articulação

Para o WiFi Livre SP, foi fundamental a articulação com outras secretarias e o uso de instrumentos como portarias, notas técnicas e decretos para garantir que o edital de credenciamento fosse implementado, determinando as responsabilidades na implantação do serviço a cada órgão.

A implementação do serviço envolve outros órgãos da prefeitura? Como você pode fazer articulação com eles? Utilizando quais instrumentos?

Secretaria/Órgão da PMSP	Articulação	Instrumentos
Exemplo: Ilume	Exemplo: via gabinete da secretaria	Exemplo: portaria

Para as empresas, é importante saber como agir em cada caso durante a implementação, para isso, elabore um documento explicando os procedimentos com cada órgão.

Objeto da implementação	Procedimento
Exemplo: poste de energia elétrica	Exemplo: contatar a empresa responsável

7

Para mais informações

Legislação e instrumentos jurídicos

Lei de Licitações	Lei Federal Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP)	Lei Federal Nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm
Marco Civil da Internet	Lei Federal Nº 12.965, de 23 de Abril de 2014	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm
Edital de Credenciamento WiFi	Edital de Credenciamento Nº 01/2018. Processo Eletrônico: 6023.2018/0001150-6	https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/inovacao/arquivos/Integra_Edital_Credenciamento_Wifi.pdf
Decisão do Tribunal de Contas da União sobre credenciamento	Decisão 104/95	http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CDec%5C19960303%5CGERADO_TC-14180.pdf

Sites e portais importantes

Site WiFi Livre SP	https://wifilivre.sp.gov.br/
--------------------	---

8

Entrevistados

Este guia foi produzido a partir de pesquisa documental e bibliográfica e entrevistas em profundidade presenciais com profissionais envolvidos na concepção e implementação do WiFi Livre SP.

Eduardo Vale

CTO da America Net. É graduado em Gestão de Redes de Computadores e Ambientes Internet pela UNINOVE e em Ciências da Computação pela USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul), e pós-graduado em Segurança da Informação pela IBTA (Instituto Brasileiro de Tecnologia Avançada). Possui expertise em análise, desenvolvimento e implantação de metodologias ágeis e sólida experiência em diversas normas de mercado.

Edileusa Santos

Gerente de Comunicação da America Net. Pós-graduada em Marketing e Comunicação Digital e em Gestão de Negócios com Ênfase em Marketing pela ESPM. Atuou em grandes empresas dos mercados de Incorporação e Infraestrutura de Transportes; possui forte expertise em trade marketing, produção de eventos, endomarketing e na gestão de estratégias de marketing online e offline.

Fabio Ricci

Graduado em Ciências da Computação e pós graduado em Engenharia de Redes e telecomunicações e Tecnologia em Telecomunicações. Atualmente é Coordenador do Núcleo de Engenharia e Capacidade da PRODAM.

Fabio Storino

Analista de informações do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Foi um dos coordenadores do (011).lab, laboratório de inovação em governo da Prefeitura de São Paulo. É doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Flávia Rodrigues de Souza

Pós-graduanda no Programa Avançado em Gestão Pública do Insper, formada em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo. Tem dupla titulação em Direção e Gestão Pública pela Universidade de Vigo, Espanha. Atualmente é Diretora do Programa WiFi Livre SP.

Gabriel Mazzola Poli de Figueiredo

Supervisor técnico do programa WiFi Livre SP. Doutorando e Mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Engenheiro de Sistemas Eletrônicos pela Poli – USP. Fundou e coordena o Grupo de Cenários Urbanos Futuros, sediado na FAU-USP e é residente do Mobilab. Coordenador do Grupo de Trabalho de Impactos Sistêmicos da Carta Brasileira de Cidades Inteligentes. Foi diretor do TETO Brasil.



Heloísa Helena Ferreira da Silva

Procuradora do Município desde 2006, atualmente lotada na Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização da Procuradoria Geral do Município. Foi assessora e coordenadora jurídica da Secretaria Municipal de Saúde (2007-2017); assessora jurídica na Secretaria Municipal de Habitação (2017-2018); e assessora jurídica na Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (2018-2019). É graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e especialista em Interesses Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (ESMP).

José Luiz Pelosini

Vice-presidente da America Net há quase sete anos. Graduado em Sistemas de Informação pela ISES (Instituto Sumaré de Educação Superior), pós-graduado em Gestão de Projetos em TI pelo Instituto Brasileiro de Tecnologia Avançada e em Direito das Telecomunicações pela UniverCidade IPEJUR (Instituto de Pesquisa e Estudos Jurídicos), possui MBA Executivo em Administração de Empresas pela FGV/SP. Trabalhou em empresas como Talk Telecom Corporation e IPCorp Telecom 91. É também Board Member da TelComp (Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas) desde 2012.

Victor Sandi

Com mais de 10 anos de experiência na área da TI, desenvolveu sua carreira com foco em Administração de Redes e Sistemas in loco e em nuvem. Foi Supervisor técnico do programa WiFi Livre SP

